



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 21 (*vinte e um*) dias do mês de setembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 13h 30min. (*treze horas e trinta minutos*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 15ª (*décima quinta*) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, Lúcio Flávio Alves, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira e Ricardo Ferreira Valente Filho. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior e as Resoluções referentes aos Processos nº 1/6545/17, 1/5457/17, 1/5263/17, 1/640/17 – Relator: Felipe Augusto Araújo Muniz; 1/4179/17, 1/5459/17, 1/6546/17, 1/5280/17, 1/641/17 – Lúcio Flávio Alves; 1/62/2018, 1/638/17, 1/639/17, 1/4182/17, 1/6544/17, 1/471/17, 1/5456/17 – Relator: Alexandre Mendes de Souza. Passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/4725/2018 – Auto de Infração: 1/201810360. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: ELETRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MEDIDOR ELÉTRICO LTDA. Relator: CONSELHEIRO LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto ao pedido para que sejam excluídos da autuação os sócios elencados pela Fiscalização como corresponsáveis** – Rejeitado, por voto de desempate do Presidente, sob o entendimento de que os sócios não fazem parte do polo passivo do auto de infração e que o pedido de exclusão dos sócios deverá ser pleiteado junto à Procuradoria Geral do Estado, quando da inscrição em Dívida Ativa, se for o caso. Vencidos os Conselheiros Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira e Ricardo Ferreira Valente Filho, que votaram pelo acatamento do pedido. **2. No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve negar provimento ao Reexame Necessário, para confirmar a decisão **parcialmente condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da autuada, Dr. Lucas Nogueira Holanda. **Processo de Recurso nº 1/5620/2018 – Auto de Infração: 1/201810362. Recorrente: ELETRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MEDIDOR ELÉTRICO LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tribu-

tários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto ao pedido para que sejam excluídos da autuação os elencados pela Fiscalização como corresponsáveis** – Rejeitado, por voto de desempate do Presidente, sob o entendimento de que os sócios não fazem parte do polo passivo do auto de infração e que o pedido de exclusão dos sócios deverá ser pleiteado junto à Procuradoria Geral do Estado, quando da inscrição em Dívida Ativa, se for o caso. Vencidos os Conselheiros Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira e Ricardo Ferreira Valente Filho, que votaram pelo acatamento do pedido. **2. Na sequência**, a 3ª Câmara resolve por unanimidade de votos, converter o curso do julgamento do processo em realização de **perícia**, para que se atenda aos seguintes quesitos: **1.** Excluir do levantamento do presente processo, as 6 notas fiscais referentes ao Auto de Infração nº 1/201810360; **2.** Verificar a real ocorrência das operações referentes às notas fiscais de números 10907, 10908, 10904 e 10837, se foram registradas no Sigid; **3.** Verificar a possível escrituração contábil de todas as notas fiscais remanescentes constantes deste auto de infração, para fins de aplicação da penalidade. **4.** Informar o valor das notas fiscais remanescentes por mês de ocorrência da infração. Tudo nos termos do Despacho para a Célula de Perícias Fiscais e Diligências a ser exarado pelo Conselheiro Relator. **Processo de Recurso nº 1/2727/2018 – Auto de Infração: 1/201805091. Recorrente: LAMINAX COMÉRCIO DE VIDROS LAMINADOS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** Após efetuado o relato e por ocasião dos debates, o Conselheiro Lúcio Flávio Alves entendeu necessária uma análise mais detalhada da matéria em questão para dirimir dúvidas e melhor fundamentar o seu voto, e formulou, na forma regimental, **pedido de vista** sendo o seu pleito deferido pelo Presidente. **Processo de Recurso nº 1/2728/2018 – Auto de Infração: 1/201805086. Recorrente: LAMINAX COMÉRCIO DE VIDROS LAMINADOS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** Após efetuado o relato e por ocasião dos debates, o Conselheiro Lúcio Flávio Alves entendeu necessária uma análise mais detalhada da matéria em questão para dirimir dúvidas e melhor fundamentar o seu voto, e formulou, na forma regimental, **pedido de vista** sendo o seu pleito deferido pelo Presidente. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 22 de setembro do corrente ano, às 13h30min. (*treze horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco **Wellington** Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA